

# Projeto tenta criar mais 194 cargos no Senado

Segundo assessores, Sarney, mesmo pressionado, deverá barrar a iniciativa de Ernandes Amorim

• BRASÍLIA. Um projeto de resolução que tramita no Senado prevê a criação de mais dois cargos de confiança para os gabinetes de cada senador, membros da Mesa Diretora e lideranças, com salários de R\$ 7.776,94 e R\$ 4.328,94. A proposta é do senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) e tem como justificativa o que ele chama de necessidade de se separar as funções políticas e administrativas de cada gabinete e dar mais liberdade para que cada um possa escolher o seu chefe de gabinete. Esses dois novos cargos para cada gabinete, que levariam à contratação de 194 novos servidores e a um custo adicional por mês superior a R\$ 1 milhão, seriam de livre provimento.

A proposta deverá ser barrada pelo presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP). Ele promete não pôr o projeto em votação, mas está sendo pressionado por alguns senadores.

— O Sarney deixou claro: essa proposta não sai do papel — garantiu o assessor Fernando César Mesquita.

Antes de levar um “não” de Sarney, o projeto passou por um verdadeiro empurra-empurra. Da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo senador Íris Rezende (PMDB-GO), foi devolvi-

da para a Mesa Diretora, onde está há cerca de um mês à espera de ser posta em votação em plenário. Na Mesa Diretora ninguém queria pegar no vespeiro. A decisão ficou para Sarney.

Enquanto o presidente consegue apagar os incêndios de novos pedidos de contratação, o mesmo não acontece com as reformas dos apartamentos funcionais. Na Câmara, os parlamentares se preparam para fulminar o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que denunciou os gastos com imóveis funcionais da ordem de R\$ 10,5 milhões no ano passado e uma previsão de R\$ 12 milhões para este ano.

Ele citou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dizendo que a compra de móveis para deputados e senadores era ilegal. Ontem, o diretor-geral da Câmara, Adelmar Sabino, disse que parlamentares, ministros, militares e diplomatas em serviço no exterior foram a exceção à regra geral.

— Antes a Lei de Diretrizes Orçamentárias proibia isso realmente, mas hoje e no passado a legislação traz exceções no final do texto porque os apartamentos e móveis estavam destruídos. Não faríamos nada ilegal — disse Sabino. (D.R.) ■

GLOBO